

MURALHAS BRASIL-PARADISIANAS: ASPECTOS DA NECROPOLÍTICA NA RELAÇÃO DO BRASIL COM *ATTACK ON TITAN*

ALESSANDRA UCHÔA SISNANDO³⁶

SINARA RAQUEL SABINO PEREIRA DA SILVA³⁷

RESUMO

Buscamos relacionar o neoliberalismo à necropolítica não só no contexto brasileiro, mas na assimilação dos personagens de *Attack on Titan* sobre suas experiências na diegese. A partir de uma análise bibliográfica-documental, identificamos que, assim como as Muralhas de Paradis estabelecem uma ordem de grupos a serem devorados, existem muralhas brasileiras invisíveis que condicionam quais grupos são descartáveis para o Estado sob o Sistema do Capital.

Palavras-chave: *Attack on titan*; Necropolítica; Neoliberalismo.

ABSTRACT

We aimed to connect the neoliberalism to the necropolitics not only on the brazilian context, but on the Attack on Titan character's assimilation about their experiences on the diegesis. From a bibliographic and documental research, we pointed out that, just like Paradis' Walls establish an order of groups to be devoured by the titans, there are invisible brazilians walls that condition which groups are disposable to a State under the capital system.

Key-words: *Attack on Titan*; *Necropolitics*; *Neoliberalism*.

1. Um passeio por Shiganshina: Comentários introdutórios

A existência do contraste entre classes é imprescindível para a manutenção do capitalismo, assim como para a manutenção do Sistema do Capital de Mézáros - que será aprofundado mais à frente -, ao analisarmos a cooptação do Estado enquanto sua transfiguração em um Estado Capitalista ou *lócus* de um Capitalismo de Estado (DARDOT, LAVAL, 2017; HARVEY, 2008, 2005; OLIVEIRA, 2015). Infiltrando-se no corpo do Estado e representando um complexo emaranhado de medidas individualistas e com um teor moralista tradicional,

³⁶ UFRPE.

³⁷ UFRPE.

o Neoliberalismo, então, configura-se como um capsídeo do Capital, exprimindo a necessidade de novas formas de dominação de acordo com a nova realidade em que está circunscrito, novas formas de padronização na ausência: dados grupos sociais precisavam continuar com déficits para um livre mercado livre *in facto*.

Por considerar a biopolítica enquanto um conjunto de regras e normatizações para a segurança de uma vida sadia para o corpo civil e político, a anatomia do poder presentes nas micro-manifestações do poderio individual deixou de ser suficiente para a dimensão do controle exercido pelas entidades estatais e estatalmente “reconhecidas”,

Foucault nos mostra que o que se produziu por meio da atuação específica do biopoder [...] a própria gestão normalizadora da vida da população de um determinado corpo social [...] Em suma, agora era preciso considerar a existência de um novo poder normalizador que, a despeito de não se restringir à figura do Estado, dependia em grande medida de um vetor estatal para sua implementação, sem o qual não seria possível proporcionar a gestão calculada da vida coletiva por meio de políticas destinadas a produzir uma população saudável, normal, produtiva e politicamente pacífica (DUARTE, 2013, p. 3)

Essa biopolítica, porém, como bem aponta Duarte (2013), Coutinho e Nascimento (2019) e Hilário (2016) finda por instituir uma tanatopolítica, ao definir corpos na sociedade que não produzem e nem consomem, então, corpos não produtivos, corpos desafiadores, corpos *patológicos*, de forma a preconizar para estes políticas de morte e não de vida. A Necropolítica de Mbembe apresenta-se como primordial à compreensão da existência de grupos sociais inteiros criados para o genocídio legitimado pelo Estado soberano, isto significa que “[...] A soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (MBEMBE, 2016, p. 135).

Admitindo que a (re)produção cultural sob o capitalismo atingiu níveis *industriais*, no que concerne a admitir para si métodos de acumulação e de produção de bens culturais emprestados das antigas organizações fabris modernas, estimulando um consumo exacerbado e um afileamento dos horários de trabalho e os horários de ócio/lazer (HORKHEIMER; ADORNO, 2002), as produções culturais, então, vêm carregadas desse valor produzido e acumulado, mantendo “[...] que muito que existe na ficção, de fato, é produto da experiência em sociedade, portanto, a ficção habita a realidade” (COUTINHO; NASCIMENTO, 2019, p. 197).

A necropolítica mostra-se como uma peça central à diegese do *animangá* (COUTINHO, NASCIMENTO, 2019), *Attack on Titan (Shingeki no Kyojin)*. Publicado no Brasil desde 2013 pela editora *Panini Comics*, mas lançado desde 2009 no Japão, *Attack on Titan*, do mangaká Hajime Isayama, é um mangá – cuja adaptação a anime é homônima – muito consumido

tanto no Brasil quanto no mundo, sendo o segundo mangá mais vendido no Japão entre 2013 a 2018 (GUIMARÃES, 2018). O enredo da obra segue a Ilha de Paradis, onde mora o protagonista Eren Yeager, no ano de 845. A Ilha de Paradis é um Estado governado pela família real Reiss e cercado por três muralhas principais e concêntricas: a Muralha Maria, mais externa; a Muralha Rose, central, e a Muralha Sina, a mais interna e que circunda a cidade onde fica a família real e os principais pontos governamentais do Estado, por conta da existência dos titãs (ou gigantes) – criaturas humanoides, de 3 a 60 metros de altura, e cujas faculdades intelectuais não funcionam como as da humanidade e que se alimentam de carne humana.

Além das Muralhas, existem distritos exteriores a elas, como o distrito de Shiganshina, onde mora Eren e Mikasa e Armin. As Muralhas de Paradis representam os 100 anos nos quais os paradisianos viveram seguros dos titãs, podendo viver “em paz”. Porém, é no ano de 845 que é aberto um espaço nas paredes de Shiganshina por um titã de 50m – o maior já avistado até então –, que passa a ser chamado de Titã Colossal. Em seguida, outro titã, dessa vez com 15m, chamado de Titã Blindado, que cria uma abertura entre Shiganshina e a Muralha Maria, obrigando moradores locais a se abrigarem dentro da Muralha Rose, modificando as formas de se viver em Paradis, assim como a percepção do protagonista, Eren Yeager, por este ter presenciado o assassinato e o consumo de sua mãe por parte de Titãs, fazendo com que o sumo objetivo dele se tornasse exterminar todas essas criaturas humanoides da Terra.

Propomos, portanto, como nosso objetivo geral discorrer sobre como o Sistema do Capital e a necropolítica podem ser apontadas não só no contexto brasileiro, mas em uma das obras artístico-literárias mais consumidas mundialmente, no que tange à assimilação dos personagens de *Attack on Titan* sobre suas experiências enquanto alvos da necropolítica presente na diegese da obra. Para isto, partimos de uma abordagem qualitativa, fundamental quanto à sua natureza, exploratória por seus objetivos e, procedimentalmente, bibliográfica para nos apropriarmos do tema, possuindo como hipótese que, assim como as Muralhas de Paradis estabelecem uma ordem de grupos a serem consumidos pelos titãs, sendo os moradores de Maria e de Shiganshina os primeiros, existem muralhas brasileiras invisíveis que condicionam quais grupos são descartáveis para o Estado pertencente ao Sistema já referenciado.

O presente artigo contará, pois, com mais três capítulos ademais desta introdução e das considerações finais, um destinado a completar cada um de nossos objetivos específicos: o próximo capítulo propõe-se a localizar teoricamente o sistema do Capital mézáriosiano e a necropolítica de Mbembe no panorama do neoliberalismo; a seção seguinte visa apontar a ação da necropolítica no contexto sócio-político brasileiro, e o próximo segmento

pretende esclarecer as relações entre a diegese de *Attack on Titan* e os conceitos previamente trabalhados, evidenciando a presença de aspectos da realidade concreta nas manifestações artísticas da contemporaneidade.

2. Muralha Maria: Um debate sobre o Sistema do Capital e a Necropolítica

A implantação da agenda neoliberal fora suscitada, principalmente, pela aversão das grandes elites sociais para com o modelo de acumulação *keynesiano* de bem-estar social, isto é, as inúmeras crises internacionais que emergiram durante os séculos passados, destacando as I e II Guerras Mundiais e o período da Guerra Fria, fizeram com que o capitalismo caminhasse em direção a diferentes crises que, aos poucos, abalavam sua credibilidade e os processos de aceitação desse, principalmente, nas periferias globais (HARVEY, 2005; 2008).

Ao constatar a importância de um mercado consumidor capaz de consumir plenamente o que estava sendo produzido, as campanhas de um Estado de Bem-estar não só impulsionaram a benquerença do povo em relação ao Estado, mas a renovação do próprio capitalismo. Isto posto, a aliança entre um “Estado novo” que, além de cuidar de seus cidadãos, mantinha o sistema hegemônico vigente funcionando de forma consideravelmente satisfatória difundiu uma nova ideologia de produção e organização política: a propagação do bem-estar social como fonte de mão-de-obra, mercado consumidor e espaço utilizável para o capitalismo e para o capitalista ter onde e como continuar atuando.

Essa maior interferência estatal *keynesiana* não foi o suficiente para manter o giro de capital de forma veloz; é importante lembrar como o capitalismo exige renovação e formas de sobressair-se a outros, então, por mais que uma nova forma de pensar e agir funcione, ao se espalhar, ela perde sua força e é facilmente reduzida a algo socialmente estabelecido. Outrossim, o Estado de Bem-estar *keynesiano* atingia bastante a classe alta estabelecida nos países centrais cujo estágio do capitalismo já era avançado, em outras palavras:

Desde o princípio, o Estado nacional mostrou-se uma moldura demasiado apertada para assegurar adequadamente a política econômica keynesiana ante os imperativos do mercado mundial e das políticas de investimento das multinacionais. Porém, é no âmbito interno que os limites do poder e da capacidade de intervenção do Estado estão mais evidentes (HABERMAS, 1987, pp. 107-108)

O descontentamento das elites com a forma com que a estagflação estava sendo lidada suscitou o surgimento de uma nova ideologia que conseguisse respaldar o desenvolvimento capitalista e concomitantemente respaldasse a ascensão constante das classes abastadas.

A difusão do neoliberalismo iniciou-se, pois, silenciosa e teoricamente, nas academias, revistas e “reuniões intelectuais”; Harvey (2005) cita, inclusive, os Garotos de Chicago, “um grupo de economistas conhecidos [...] por causa de sua adesão às teorias neoliberais de Milton Friedman, então professor da Universidade de Chicago” (HARVEY, 2005, p. 18). Os Chicago boys representavam não só um grupo de intelectuais que participaram na reformulação chilena sob o golpe de Pinochet, mas uma série de cidadãos de países subalternizados pelo capitalismo os quais eram cooptados pelos Estados Unidos a estudarem e serem financiados no país contra “as ameaças” comunista e socialista. Essa cooptação de mentes como forma de internalizar – nas pessoas – e externalizar – para o mundo – ideais capitalistas específicos não pode ser apontada como o único fator que institucionalizou o neoliberalismo na agenda global, mas ilustra com perfeição como este macrossistema ideológico e de organização sócio-política-econômica alastrou-se pelo âmbito teórico-metodológico antes de findar-se na comunidade política.

Sendo simultaneamente similar ao “programa neoliberal de construção ou restauração do poder de alguma classe dominante” (HARVEY, 2005, p. 93), o processo de validação “não-bélico-militarizada” pelo qual o neoliberalismo passou para conseguir adentrar no senso comum social de forma “consentida” deu origem a um neoconservadorismo autoritário, o qual, usando do nacionalismo crescente, das bases de supressão trabalhista neoliberais e do fundamentalismo religioso, abandona totalmente o consentimento democrático para assumir a figura de um consentimento moral, no qual o Estado usa de suas forças coercitivas e autoridade para garantir a liberdade econômica individual (categoria na qual entram, agora, as grandes corporações e empresas), serve aos princípios morais “majoritários” na sociedade e abandona o crescente e infindável número de individualidades que, teoricamente, “emergiram nas últimas décadas” (isto é, os movimentos identitários pós-modernos e as mobilizações que foram agregadas ao modelo neoliberal sob a pauta de garantir a liberdade individual).

Dessa forma, o Estado aparece desde a fecundação do neoliberalismo no capitalismo como uma extensão de sua dominação, de forma tal que os Estados periféricos – ou subalternizados – engatam-se e *são* engatados em uma cadeia de subjugação: enquanto subjugam seus cidadãos, são subjugados por um neoliberalismo que ajudou a alimentar, assim: “Todas as formas de solidariedade social tinham de ser dissolvidas em favor do individualismo, da propriedade privada, da responsabilidade individual e dos valores familiares” (HARVEY, 2005, p. 32), e o aparato estatal, mesmo sendo utilizado pelo capitalismo, continuava sendo demonizado: “O individualismo, a liberdade de iniciativa e a liberdade de expressão eram concebidas como opostas à inércia burocrática enrijecedora do aparato do Estado e do opressivo poder sindical” (HARVEY, 2005, p. 66). Acrescentamos, por isso, ao conceito

capitalista inerente ao neoliberalismo, sua característica estadista, no que tange ao seu movimento de englobar o Estado e utilizar este como um propagador do domínio do Capital sobre as demais parcelas da vida social.

Por este motivo, também, ao considerarmos como se deu a lógica neoliberal do capital durante o pós-Guerras e o processo de «descolonização» no século XX, identificamos o grande investimento bélico por parte dos Estados, de modo que

[...] gastos sociais, segundo Chomsky, podem ‘suscitar o interesse público e a participação, acentuando desta forma a ameaça à democracia; o público se preocupa com hospitais, estradas, vizinhança, mas não tem nenhuma opinião acerca da escolha de mísseis ou de tecnologia nuclear’ (OLIVEIRA, 2015, p. 408 – grifos nossos)

Outrossim, no que diz respeito às colônias recém-emancipadas,

Para Hobsbawm, a inspiração dos modelos desenvolvimentistas tocado por governos militares era a experiência da URSS que, saída bastante fragilizada da primeira guerra mundial e cercada na construção do seu projeto “socialista”, viu-se obrigada, primeiramente, a implementar uma verdadeira economia de guerra na primeira fase da revolução bolchevique e, posteriormente, implantar um modelo de “capitalismo de estado” com a Nova Política Econômica, de 1921 (Op cit., pp. 409-410)

Sabendo desses aspectos, destacamos aqui a importância do Sistema do Capital para a consolidação do contexto mundo-nacional atual. O Sistema do Capital Mészárosiano é uma teia teórico-conceitual importantíssima para nosso debate, pois ele interliga três figuras centrais das discussões políticas da atualidade: o trabalho, o Estado e o capital, de maneira que o “sistema hierarquizado de trabalho, com sua alienante divisão social, que subordina o *trabalho ao capital*, tendo como elo de complementação o *Estado político*” (ANTUNES in MÉSZÁROS, 2002, p. 16). Repleto de contestações intrínsecas, o Sistema do Capital não é resumido ao capital *suis generis* e nem ao modo de produção capitalista, mas representa a interlocução entre Estado e capital, ambos subjugando o trabalho enquanto sumo para a (re)produção humana, ele, então, agrupando Estado, Trabalho e Capital não se resume aos países capitalistas, mas também aos que Mészáros (2011) trata enquanto sociedades *pós-capitalistas*, nas quais o capital atuante não seria mais privado, porém estatal.

É, logo, importante destacar que o neoliberalismo implementa, no Sistema do Capital, um inimigo a ser combatido em busca da validação necessária a ser atribuída a esse sistema: algo muito bem trabalhado no documentário *O poder dos Pesadelos* (2004). Esse inimigo invisível a ser derrotado muitas vezes não se parece com o que o Sistema do Capital difunde: ele não é um ser produtivo, ele não consome, ele não contribui para a manivela capitalista continuar girando; pelo contrário, ele representa uma divergência do padrão

normativo.

A biopolítica foucaultiana emerge, justamente, por, consoante Hilário (2016), Foucault veicular a administração dos corpos dóceis à gestão sadia da vida, trazendo o biopoder como “elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo”, assegurando “a inserção controlada dos corpos no aparelho de produção”, ajustando também a população aos processos econômicos (FOUCAULT apud HILÁRIO, 2016, pp. 200-201). Embora fundamental a discussão sobre a relação diacrônica entre tanatopolítica e biopolítica, partiremos aqui do conceito de necropolítica como produto intransponível entre os termos de morte e vida sob a governabilidade estatal capitalista e pós-capitalista, no tangente a estas duas formas de governo sob um mesmo Sistema do Capital.

A ideia de necropolítica considera, pois, que

[...] a expressão máxima da soberania é a produção de normas gerais por um corpo (povo) composto por homens e mulheres livres e iguais [...] [Mas existem] formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas “a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações” (MBEMBE, 2016, pp. 124-125)

Isto posto, um dos principais expoentes dessa necropolítica, o trabalho da morte e do genocídio legitimado pelo Estado e por suas entidades, tais como milícias, aparatos de repressão estatais, etc, é a separação da sociedade em raças, ou seja, o racismo como representante fundamental para embasar quais grupos são descartáveis e não compõem o corpo sadio que o Sistema pretende cultivar (MBEMBE, 2016; DUARTE, 2013). Ademais, a necropolítica compreende a ocupação espacial dessa estruturação. Wermuth, Marcht e Mello (2020) enfatizam como a organização espacial representa esse racismo estruturado e legitimador, fazendo com que a difusão do terror envolva três aspectos específicos: a fragmentação do território, a proibição do acesso e a expansão dos assentamentos.

Da fragmentação, os autores vão tratar sobre como há uma interposição urbana, na qual os locais das raças “sadias” são seguros e os locais dos corpos vitimados pelo necropoder são perigosos, justificando, muitas vezes, ataques a essas áreas como forma de proteção da vida dos sadios. A proibição do acesso, por outro lado, pode ser percebida quando fazemos alusão ao aumento dos condomínios e dos espaços fechados, delimitando bem a dualidade, porém conexão, entre inclusão [dos sadios a serem protegidos] e exclusão [dos descartáveis]. A expansão do assentamentos, por fim, pode ser associada à manutenção e expansão dessas localidades cujos moradores possuem, então, uma raça e um perfil já pré-definido, definindo *espacialmente* formas de o Estado e o Sistema cometerem os genocídios característicos da necropolítica de forma a desumanizar os corpos-alvo: deixando de ser pessoas e virando espaços a serem transformados em seguros e úteis, todo um imaginário

é construído e modificado de maneira a transformar os moradores em inimigos bestiais.

3. Muralha Rose: A necropolítica identificada na realidade brasileira

No Brasil, a necropolítica atua de tal forma que o exemplo que Petrone (apud WERMUTH, MARCHT, MELLO, 2020) trouxe:

Era uma vez um governador que comandou pessoalmente, de dentro de um helicóptero blindado, uma operação policial em que agentes da segurança pública atiraram de cima para baixo, a esmo, em uma favela, atingindo inclusive uma tenda evangélica. Era uma vez um governador que publicou tudo isso, com orgulho, nas páginas institucionais do governo do Estado. Essa história de terror é a realidade desesperadora do Rio de Janeiro. (PETRONE apud WERMUTH, MARCHT, MELLO, 2020, p. 1074).

Com as incontáveis estratégias higienistas dos governos brasileiros, criou-se, além da ideia de que as favelas, guetos, comunidades, cortiços, etc, eram sujos e repletos de pessoas ignorantes que punham em risco a segurança nacional em períodos de epidemias (Op. cit), a efetivação do “perigo da rua”, no caso, o perigo da comunidade. Este perigo provém não só da estratégia neoliberal de sucateamento por omissão do público em detrimento do privado (DARDOT, LAVAL, 2017), mas da preferência popular no uso dos espaços privados em detrimento aos públicos com a transformação das casas e dos locais íntimos em centros de consumo com os novos aparatos tecnológicos e comerciais:

Assim, a vida privada é marcada cada vez mais pelo medo e pelo enclausuramento. Vivemos uma realidade travestida pelo virtual e pelo simulacro. Desaparece a rua como locus da sociabilidade [...] O convívio real e pessoal nas grandes cidades vai se enfraquecendo na medida que a nova megavia de comunicação – a Internet – penetra nas empresas, nas universidades, nos lares, nos bares. (RODRIGUES, 2002, p. 154).

Os corpos são cada vez mais fragmentados em sua sociabilidade e ocorre o movimento de desumanização do diferente, desumanização do outro enquanto 1) culpado pelos eventuais ataques do Estado aos seus próprios corpos descartáveis e 2) objeto – por ser despersonalizado – digno de empatia. Quando tomamos por base a ação policial nas comunidades do Rio de Janeiro, novamente, é essa desumanização que vai transformar um guarda-chuva em um fuzil, como aconteceu com Rodrigo Serrano, de 26 anos, que fora assassinado com três tiros disparados pela polícia, que afirmou ter retaliado um ataque e acabou atingindo o rapaz (EXAME, 2018a).

Assim como a justificativa proferida pelos policiais do – dentre tantos casos – assassinato de Rodrigo, “o corpo não esconde apenas uma arma. Ele é transformado em arma, não em sentido metafórico, mas no sentido verdadeiramente balístico” (MBEMBE, 2016, p. 143),

porém, nesse caso, o corpo como arma é realmente metafórico, ou, quiçá, compensatório: cria-se a necessidade de vincular o corpo a armas e ao perigo para que a ação estatal ou legitimada estatalmente, como acontece com ações milicianas, seja vista cada vez mais como salvadora das vidas a serem protegidas.

Hilário (2016), ao tecer um comentário sobre o desenrolar das mortes causadas pela polícia militar nas ações no Rio de Janeiro e salientar o índice de mais de 10 mil homicídio entre 2001 e 2011 (MISSE apud Hilário, 2016), ressalta que esses assassinatos não foram cometidos apenas pela polícia militar, mas pela necropolítica por trás da desumanização dos corpos pretos e periféricos, por trás da transformação do discurso político sobre a liberdade em uma moeda de troca para a violação de corpos marginalizados e subalternizados ao ocuparem um papel – no sentido de atuação – a eles previamente estipulados.

Na medida em que os conflitos biopolíticos da modernidade visam à preservação e intensificação da vida do vencedor, eles não expressam simplesmente a oposição antagônica entre dois partidos adversários, segundo o binômio schmittiano do amigo-inimigo, pois os inimigos deixaram de ser opositores políticos para ser considerados como entidades nocivas, perigosas ao bom funcionamento da comunidade, devendo ser exterminados (DUARTE, 2013, p. 14)

Por conseguinte, tendo estabelecido a ligação intrínseca entre biopolítica e necropolítica, esses “opositores políticos nocivos” são explicitados na declaração do, na época, candidato à presidência, Jair Messias Bolsonaro (PL): em uma campanha eleitoral no estado do Acre, Bolsonaro entoava “Vamos fuzilar a *petralhada* aqui do Acre, hein?”, utilizando do termo *petralhada* para se referir não só aos candidatos do Partido dos Trabalhadores (PT), mas a todos aqueles que se opunham a sua política (EXAME, 2018b).

Outro fato pertinente ao nosso debate sobre necropolítica é a ocasião em que, também, o ex-presidente propagou, em 2017, que “Eu fui num quilombo. O afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem para procriador ele serve mais.” (CONGRESSO EM FOCO, 2017). Além de remeter a população quilombola ao período da escravatura, no qual os escravos eram pesados em arrobas, como animais a serem leiloados, Bolsonaro através de discursos sobre a defesa dos cofres públicos – porque “mais de um bilhão por ano é gasto com eles” (Op. cit.) – reduz toda uma ampla gama de diversidade étnica a uma situação sub-humana e sub-animalesca. Essa descaracterização conversa bastante com o defendido por Wermuth, Marcht e Mello (2020, p. 1060) sobre como “[...] a humanidade de uma pessoa é dissolvida até o ponto em que se torna possível dizer que a vida do escravo é propriedade do seu senhor.” e como o Brasil foi e é construído sobre uma “ralé de novos escravos” (SOUZA apud WERMUTH, MARCHT, MELLO, 2020).

A necropolítica, sobretudo, a necropolítica brasileira é permeada, portanto, por uma

perenidade no processo de escravidão, de maneira tal que os aspectos da escravatura são, aqui, remanescentes pouco distantes histórica e politicamente. Não podemos deixar de comentar sobre como o tráfico de drogas e a milícia ocupam papéis de destaque na realidade brasileira enquanto artifícios estatalmente validados, mas não-estatais. Consoante o levantamento de Julho a Dezembro de 2019 (INFOPEN, 2019a), das 989.263 incidências, 200.583, ou 20,28%, foram por conta das Leis 6.368/76 e 11.343/06, conhecida como Leis de Drogas. Das incidências por crimes hediondos e equiparados, 169.093 casos, ou 41,65% destes, foram por Tráfico de Drogas; assentindo o que apontara Hilário (2016):

Se antes, nas fases de ascensão e consolidação do capitalismo, o pensamento era: ‘vamos enviar o criminoso para a penitenciária de modo que ele seja corrigido e retorne melhor para a sociedade’; hoje, na época de declínio desta forma social, a afirmação é: ‘vamos armazenar a maior quantidade de massa humana sobrando e perigosa nas prisões, a fim de nos protegermos dela, de nos livrarmos dela o máximo de tempo possível’. (HILÁRIO, 2016, p. 206)

A relação aqui a ser apontada entre drogas e a necropolítica é que a desculpa da guerra ao tráfico, da guerra às drogas, ocupa, na verdade, uma posição de guerra ao gueto e às favelas (WERMUTH, MARCHT, MELLO, 2020), auxiliando no processo de lotação das prisões ao mesmo tempo que gera o alvo e ratifica o discurso sobre a necessidade da violência estatal para acabar com a violência civil: o Sistema do Capital encontra um depósito para alguns de seus corpos indesejáveis ao passo que extermina os outros em nome da segurança, criando um ciclo de extermínio, pois aqueles corpos-alvo que deixarem as prisões, sofrerão com as dificuldades para se inserir no Mercado de Trabalho e continuarão representando, por isso, a ralé de novos escravos que não contribuem para o Sistema.

A soma da população preta e parda em situação de cárcere no país ultrapassa 65% do valor total de encarcerados (INFOPEN, 2019b), “[...] não se trata da prevenção e punição do crime, mas sim da gestão e do controle dos despossuídos” (ALEXANDER apud PREUSSLER, 2018, p. 1)”. A delimitação do recorte racial apontada pelo sistema prisional brasileiro vai de encontro ao afirmado por Mbembe (2016) sobre os três aspectos da condição de escravo: a perda de sua casa, seu “lar”, a negação de seus direitos fundamentalíssimos sobre o corpo e, enfim, a perda de seu *status* político, porquanto incumbe aos aprisionados uma fragmentação do estabelecimento de vínculos de territorialidade – não há a apropriação lefebvriana do espaço, não se constrói identificação e pertencimento entre o ator e a prisão como *lócus* pois a relação entre esses é de dominação, o espaço dominando e mortificando o *self* do sujeito (KUNZE, 2001) –; porquanto institui políticas de controle e disciplinas sobre o corpo, tentando esvaziar este das idiosincrasias que constituem o sujeito, e porquanto destitui deste as formas de articulação política, enquanto ser dotado de “micropoderes”, frente ao discurso reducionista: o sujeito sendo resumido à figura de

presidiário, sendo vinculado unicamente a um estado passageiro temporalmente, mas que persiste no imaginário coletivo da sociedade.

“Esse poder sobre a vida do outro assume a forma de comércio: a humanidade de uma pessoa é dissolvida até o ponto em que se torna possível dizer que a vida do escravo é propriedade de seu dominador” (MBEMBE, 2016, p. 132); a vida desse subgrupo étnico-racial, então, é diminuído pela lógica do Sistema do Capital: a nova raça de escravos possui um dominador monopolista legítimo, que justifica suas agressões de duas formas: a primeira é pelo acessório discurso sobre a segurança – o genocídio pela segurança dos corpos sadios, pela normatização da vida –; o segundo é pelo argumento de propriedade já homologado juridicamente: “O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha” (BRASIL, 2002).

O Estado Brasileiro, conseqüentemente, torna-se proprietário dos corpos encarcerados, podendo usufruir deles da forma que melhor lhe apetece, seja mantendo-os socializados, desvinculando-os do meio social ou desfazendo-se deles. E, sobre aqueles em cujo estado não é de encerramento, o monopólio da força Estatal, assim como a abnegação das liberdades individuais em troca da segurança, continua perpetuando a apropriação dos corpos pelo Sistema de Capital. A necropolítica voltada para os corpos pretos e periféricos no Brasil é, pois, ratificada por esse movimento de negação da humanidade, de apropriação e de um extermínio econômico e politicamente planejado.

4. Muralha Sina: A diegese de *Attack on Titan*

A diegese é aqui entendida como “[...] a ação, o desenrolar da história e representa o universo espaço-temporal no qual se desenrola a narrativa. Para Genette (1971), a narrativa literária, ao mesmo tempo, produz a história e o discurso” (XAVIER, 2014, p. 204) e como “[...] uma forma literária de representação do mundo [...] se utilizando do mundo real como um pano de fundo para ambientar histórias imaginárias, povoadas por seres imaginários e até criando mundos imaginários baseados no mundo real” (STEINDORFF apud MENEZES, HOFF, 2015, p. 5). Ela representa a realidade empírica vivida pelos personagens das obras literário-artísticas, o contexto social-político-psicocultural destes; então, embora a narrativa conte com características extradiegéticas e intradieгéticos (XAVIER, 2014), ela parte do pressuposto que, para aqueles personagens e atores, o que acontece é a verdade concreta do real espaço-temporal.

A exploração dos elementos intradieгéticos auxilia os leitores e, aludindo ao início de nosso texto, os consumidores a *humanizarem* os personagens e conferirem ao texto uma

maior carga de verossimilhança com nossa própria realidade empírica: é reconhecer no texto produzido caracteres de nosso plano, promovendo uma maior identificação com a história (MENEZES, HOFF, 2015). Por isso é tão importante termos destacado que a produção cultural é fruto de uma (re)produção da subjetividade do autor e dos leitores, a arte não enquanto entidade apriorística do antro-po-social, mas enquanto inerente a ele.

Assim sendo, no instante em que concebemos um universo tão rico quanto o de *Attack on Titan* é imprescindível que compreendamos, é preciso que não nos esqueçamos que para Eren e seus compatriotas a justaposição entre Titãs e humanos não é apenas crível, mas *palpável*. A humanidade em Paradis não só acostumou-se com os modos sociais de um mundo ameaçado pelas investidas dos Titãs, mas organizou-se bélico-politicamente para ele. Separada em três Guardas, Paradis estabeleceu para cada uma delas uma função: A tropa de Exploração, ou Divisão de Reconhecimento, é responsável pelas missões nos território além das Muralhas, estabelecendo contato com os Titãs em busca de informações, recursos e territórios com possibilidade de serem habitados pelos humanos; a Divisão de Guarnição defende os humanos dentro das muralhas, as reforçando quando necessário e a Polícia Militar é responsável pela proteção da família real e mantendo a ordem da população.

É por Eren comentar que a vida dentro das Muralhas se assemelha à criação de gado (HAJIME, 2021a) antes do ataque do Titã Colossal, percebemos duas contraposições ao que tange à vida em Paradis: ao passo que algumas pessoas criticam o padrão e as normas vigentes — tais como o próprio Eren e Armin —, a cada empreitada fracassada da Divisão de Reconhecimento para fora do território paradisiano, a população encara a vida dentro das Muralhas enquanto confortável e tranquila.

Desde o primeiro capítulo, portanto, tanto Eren quanto Armin expõem suas vontades de serem livres e conhecerem o mundo além da Muralha Maria, demonstrando o que Coutinh e Nascimento (2019) apontam como a produção de uma subjetividade nômade:

Ao entender a subjetividade nômade como potência resistente contra os mecanismos de controle do Estado, é possível analisar a criação de um ambiente conflituoso para aqueles que a vida os fazem singulares [...] Eren busca criar uma realidade autêntica, em suas palavras podemos compreender o desejo pela liberdade, o personagem se configura enquanto força insurgente às regras normativas impostas pela disciplinarização. Eren busca criar uma subjetividade desterritorializada, o que promove a ele uma potencialidade para se desvencilhar dos controles até então impostos (COUTINHO, NASCIMENTO, 2019, p. 209)

Essa desterritorialidade de Eren e seus companheiros, alheios à vida necessariamente dentro das Muralhas contribui com a ruptura com a fragmentação do espaço advindo da

necropolítica: em um contexto em que existem cultos em Paradis, em especial, dentro da Muralha Sina e mais perto do *locus* político da família real, em defesa das Muralhas e das cidades tais como presentes de Deus para defender os paradisíacos, clamando a proibição das alterações nestas, romper com a *sacralização* dos cercamentos é romper com parte da legitimação concedida à diferenciação espacial racista.

E a diferenciação espacial de Paradis é racista, ao estabelecer nos Distritos exteriores – a exemplo de Shiganshina – honorários ao moradores que lá morem, por conta do risco de viver em localidades de conflito, e segregando a população de acordo com suas classes: coletores e camponeses morando, majoritariamente, em Maria, a pequena burguesia e comerciantes, em Rose, e a alta burguesia e a nobreza em Sina. Quando os Titãs Blindado e Colossal destroem Maria, abrindo-a a investida dos outros titãs, a população é obrigada a se refugiar em Rose e, posteriormente na diegese, os titãs fazem uma investida contra a segunda Muralha, fazendo com que parte da milícia comerciante local proíba a passagem dos moradores e começassem a cobrar pedágios.

A própria estrutura de Paradis, portanto, estabelece quem deve morrer e quem pode continuar vivo: por conta da escassez de recursos, a Família real estabeleceu em Rose missões de retomadas do território de Maria, pondo os civis sem treinamento básico para lutarem os titãs, ou seja, enviando-os para a sua própria morte. E é a constante ameaça de morte que rodeia as experiências de Eren que vão constituí-lo enquanto protagonista e antagonista da série:

Apesar de sua rebeldia, Eren não é apresentado como um herói com grandes habilidades [...] é após o evento traumático envolvendo a morte de sua mãe e a destruição de sua cidade que ele adquirirá um status diferenciado, esforçando-se para se tornar parte da elite do exército [de Reconhecimento] e, assim, poder realizar a sua ambição de destruir os Titãs. (GUIMARÃES, 2018, p. 50)

No decorrer da trama, somos apresentados a alguns fatos importantes para a diegese de *Attack on Titan*: os Titãs, na verdade, são humanos transfigurados em tais criaturas a partir de injeções contendo o fluido espinhal de Titã, o que explica sua reprodução – considerando que eles não possuem órgãos reprodutores. E, assim como os Titãs Colossal e Blindado, existem nove Titãs Primordiais que possuem, além de habilidades especiais, consciência, estes sendo: os dois supracitados (Blindado e Colossal), o Titã de Ataque, a Titã Fêmea, o Titã Bestial, o Titã Mandíbulo, o Titã Quadrúpede (ou de Carroça), o Titã Martelo de Guerra e o Titã Fundador. Esses titãs primordiais são humanos transformados em Titãs sem consciência e que, após isso, alimentam-se dos portadores dos Titãs primordiais. Por exemplo, é-nos explicitado que Eren é o portador do Titã de Ataque, pois ele foi transformado em um titã anômalo por seu pai, Grisha Yeager (portador anterior do Titã de

Ataque), e o devora logo após.

Essas descobertas apresentam um novo componente à necropolítica Paradisiana: os inimigos, há tanto declarados, os Titãs, são, na verdade, seres humanos, toda validação em busca de vingança de Eren, todo seu discurso a favor da liberdade choca-se contra uma nova Muralha: para quem é a liberdade que ele busca? E a que custo ela pode ser alcançada? Já que Eren pergunta a seus amigos se, caso assassinem todos os *inimigos* que estão do outro lado da ilha, eles seriam livres (HAJIME, 2021b), de modo que

Titans, in this light, can be viewed as the enemy occupation, who are stronger and more well-equipped than humans, who consume their lives for no good reason - not for hunger (need of resources) but for the seemingly mindless consumption of a people hopelessly outmatched. (RONCERO-MENDEZ apud GRIFFIS, 2017, p. 3)

Sobrevivendo em uma lógica de não-existência em si mesmo, isto é, existir enquanto si e não enquanto inimigo ou invasor aos corpos sadios, a vida dos titãs só existe à medida que eles se deparam com a morte da humanidade em si mesmos, assim como a necropolítica estabelece o reconhecimento da vida frente à morte,

O Estado de exceção é o instante em que a bíos, a vida qualificada do cidadão, se converte ou se torna indiscernível com relação à zoé: ‘são os corpos dos súditos, absolutamente expostos a receber a morte, que formam o novo corpo político do Ocidente’. (AGAMBEN 2002, p. 131)” (DUARTE, 2013, p. 6 – grifos dos autores)

A *bíos* dos humanos transformados em titãs e sob a necropolítica só existem enquanto ela se reconfigura com a *zoé*: quando há o apagamento de seu *status* político e sua inserção no campo natural não-humano e, sob a lógica de dominação do Sistema do Capital, de objeto a ser dominado. Isso implica aos grupos protegidos pelo Sistema que sua liberdade só pode ser efetivada a partir da dominação e da morte do outro, a liberdade emaranhando-se com a produção de morte e de terror: “A morte do outro, sua presença física como um cadáver, que faz o sobrevivente se sentir único. E cada inimigo morto faz aumentar o sentimento de segurança do sobrevivente” (MBEMBE, 2016, p. 142).

E o novo inimigo para Paradis, em dado momento da narrativa, deixa de ser os Titãs, mas o país de Marley. Marley é um país além-mar que, há dois mil anos, era governado pelo Rei da família Fritz. Ymir, uma criança escrava na época do corrente monarca Fritz, ao ser condenada a ser caçada e abatida viva, acaba por se tornar a primeira Titã — a Titã Fundadora —, possuindo as habilidades dos nove titãs primordiais, iniciando um período de dominação de Marley pelo Eldianos — os súditos de Ymir — até, duzentos anos após a dominação Eldiana, Ymir e Karl Fritz estabelecerem um casamento estratégico, no qual passou Ymir a explorada por Fritz, concedendo à população de Eldianos duas alternativas: ou recluírem-se na nascente Ilha de Paradis com uma parte da família real, agora Reiss,

ou continuem no continente sob a exploração e genocídio de Marley. Após dar à luz a três filhas, Maria, Rose e Sina, Ymir foi devorada por suas descendentes, começando o que culminou com a separação das habilidades dos 9 titãs.

Com diferentes versões da história sendo contada pelos Eldianos – defendendo Ymir como a salvadora, que promoverá inúmeros avanços tecnológicos em Marley – e pelos marleyanos – os que propagaram que Ymir havia feito um pacto com um demônio –, Marley consagrou 1800 anos de dominação sobre os súditos de Ymir até construir bairros específicos para estes morarem no futuro e determinando braçadeiras a serem utilizadas por eles para identificá-los enquanto Eldianos. Com punições passíveis de morte para os que fossem aos territórios Marleyanos não-Eldia sem um passe ou para os que andassem sem braçadeiras, a única forma de ascensão social para estes seria através do Exército.

Como apenas os súditos de Ymir poderiam herdar o poder dos titãs primordiais, os quais Marley utilizava como armas para submeter outros países do Continente, as crianças e os jovens eldianos passaram a ser treinados em processos de competição para descobrir quais herdariam os titãs, levando em conta que, por mais que essa posição pudesse representar cerca ascensão social para a família dos militares, em no máximo 13 anos, estes portadores deveriam oferecer-se para serem consumidos pelos próximos titãs.

Marley, então, que transformava a população criminosa de seu território em Titãs e os transportavam até Paradis, Marley que transformava seus jovens eldianos em armas para lutar contra seus inimigos além-mar, divulgando no continente que os Eldianos planejavam invadi-lo e pisoteá-lo com o Estrondo – milhares de Titãs com a altura dos Colossais que habitavam adormecidos dentro das Muralhas de Paradis.

Criou-se, então, o imaginário dos marleyanos, pois

[...] O direito soberano de matar não está sujeito a qualquer regra nas colônias. Lá, o soberano pode matar em qualquer momento ou de qualquer maneira. A guerra colonial não está sujeita a normas legais e institucionais. Não é uma atividade codificada legalmente. Em vez disso, o terror colonial se entrelaça constantemente com fantasias geradas colonialmente, caracterizadas por terras selvagens, morte e ficções para criar um efeito de real (MBEMBE, 2016, p. 134)

Eren, por fim, em ordem de proteger e garantir a liberdade de seus amigos tendo em vista não só o controle Marleyano sobre a Ilha, mas recentes investidas do país a cooptar outros Estados Continentais a declararem guerra contra Paradis, decide iniciar o Estrondo, isto é, ordenar com o poder do Titã Fundador que os titãs nas Muralhas de Paradis pisoteassem a Terra ao redor da Ilha,

O Estrondo culminou com a morte de Eren contígua ao fim dos Titãs, porém com,

aproximadamente, 80% da humanidade morta, conferindo ao protagonista o papel de autossacrificado aos olhos de seus amigos, mas de vilão a ser vencido, de inimigo, às demais parcelas da população. A dualidade sacrifício e martírio se confundem nas ações de Eren, dado que

[...] O mártir, tendo estabelecido um momento de supremacia em que o sujeito triunfa sobre sua própria mortalidade, pode perceber-se como tendo trabalhado sob o signo do futuro. Em outras palavras: na morte, o futuro é colapsado no presente (MBEMBE, 2016, p. 143)

E que

[...] O sacrifício consiste na espetacular submissão de si à morte, de tornar-se vítima por seu próprio empenho. O “autossacrificado” prossegue a fim de tomar posse de sua própria morte e de encará-la firmemente. Esse poder pode derivar da convicção de que a destruição do próprio corpo não afeta a continuidade do ser (Op. cit, p. 145)

Pois, concebendo o martírio por uma reafirmação da necropolítica, Eren segue o plano dos Titãs de Ataque anteriores a ele³⁸, ele transgride a necropolítica Marleyana ao não triunfar sobre sua morte, mas aceitá-la e submeter-se a ela por aquilo que acredita ser a suma liberdade para aqueles por quem preza embora admita a Armin, após o Estrondo, não querer morrer, mas, sim, continuar vivo com Mikasa (HAJIME, 2021c).

Ao final da narrativa, Armin afirma que graças à realidade sem mais titãs, os que tentavam destruir Paradis, agora buscavam acordos de paz com ela, mas, pelas páginas liberadas do 34o volume, podemos identificar uma nova personagem em um cenário mais contemporâneo frente ao local onde Ymir tornou-se a Titã Fundadora, outrossim, também vemos tanques e jatos de Guerra. Essa página traz à diegese que, mesmo em um mundo sem titãs, a necropolítica sob o Sistema do Capital – lembrando que este difere do capitalismo, mas envolve a relação intransponível entre trabalho, Estado e Capital – ramifica-se por novas áreas e modos de atuação sempre que exposto às manifestações de suas crises intrínsecas.

5. Para além das Muralhas: Algumas considerações

A necropolítica expressa dimensões da biopolítica foucaultiana a partir da delimitação de subgrupos raciais e que ocupam um determinado local no espaço que, sob o domínio do Estado monopolista, são marcados enquanto corpos descartáveis à lógica de produção do capital, enquanto ameaças ao corpo sadio a ser cultivado. Dessarte, uma necropolítica

³⁸ Os titãs de ataque transcendem a história pelas memórias dos seus portadores: os portadores passados têm acesso às memórias do futuro e os do futuro têm acesso às memórias dos passados. Assim, Eren teve acesso a todos os portadores antes de si, inclusive as memórias do seu pai, e Grisha teve acesso às memórias futuras de Eren; então, desde do portador anterior a Grisha, o plano do Estrondo já estava em andamento, em um devir histórico e necessário.

age como um trabalho da morte, fragmentando no espaço os grupos marcados, a proibição dos acessos e a expansão dos assentamentos delimitados.

Com a racionalidade e a agenda neoliberal em busca de legitimidade e de um inimigo em comum a ser vencido, em ordem a estabelecer um grupo como herói, os corpos descartáveis são desumanizados e reduzidos a um estado de objetificação e, portanto, de passível de ser dominado e possuído pelos aparatos estatais – ou estatalmente assegurados –: são inimigos que, quando eliminados, aumentam a sensação de segurança dos corpos sadios, vinculando a morte à liberdade. A lógica necropolítica pode ser apontada, além dos demais casos, na política brasileira e na diegese do animangá *Attack on Titan* à medida em que ambos esses exemplos vivem sob um Sistema do Capital: seja em sociedades capitalistas ou pós-capitalistas.

A necropolítica brasileira subsiste na exploração e dominação dos corpos pretos e periféricos desde a colonização europeia, séculos atrás. Com medidas higienistas, com a fragmentação espacial através das favelas e dos cortiços e com as intervenções militares que encontram na Guerra às Drogas sua justificativa, o inimigo brasileiro pode ir desde opositores políticos a atores Políticos-estatais à instituição de leis que promovem a continuidade da desumanização dos vitimados.

Na diegese de *Attack on Titan*, levando em conta a construção da arte enquanto movimento intrínseco ao contexto sócio-cultural em que estão inseridas partes constituintes dessa: o autor e os consumidores, vemos a fragmentação do espaço pelo recorte de raças em duas maneiras: através da relação Titã-Humanos e pelo embate Paradisianos-Marleyanos. Mostrando como a necropolítica no (e o) Sistema do Capital, desde que não destruído de sua base de dominação – vínculo Estado, trabalho e capital–, busca outras formas de exercer seu poder.

Dessarte, a necropolítica não se desvincilha do Neoliberalismo e do Sistema de Capital até a adoção de medidas que deem conta de todas as idiosincrasias desse Sistema. A eleição de diferentes partidos com afinidades políticas opostas – como já houve na história brasileira – ou uma liberdade provisória advinda de acordos de paz pautados no medo e na continuação da exploração em localidades proximamente distantes – como visualizada em Paradis – apenas reproduzem o Sistema do Capital de outra forma, destacando o alvo posto nas vidas daqueles que devem morrer para a manutenção de um Sistema sadio e pautado no consumo.

6. Referências

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002.

CONGRESSO EM FOCO. **Bolsonaro: “Quilombola não serve nem para procriar”**. 2017. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/bolsonaro-quilombola-nao-serve-nem-para-procriar/#:~:text=Em%20palestra%20para%20cerca%20de%20300%20pessoas%2C%20Bolsonaro,O%20afrodescendente%20mais%20leve%20l%C3%A1%20pesava%20sete%20arrobas..> Acesso em: 29 maio 2022.

COUTINHO, Kesley Gabriel Bezerra; NASCIMENTO, Márcio Alessandro Neman do. Entre muros e titãs: análise das relações hierárquicas e de poder no mangá/animê shingeki no kyojin. *Revista Ñanduty*, [S.L.], v. 7, n. 10, p. 192-216, 30 ago. 2019. Universidade Federal de Grande Dourados. <http://dx.doi.org/10.30612/nty.v7i10.10307>.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.

DUARTE, André. Poder Soberano, Terrorismo de Estado e Biopolítica: frotneiras cinzentas IN: BRANCO, Guilherme Castelo. (org.) *Terrorismo de Estado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

EXAME. **Garçom é morto por policiais que teriam confundido guarda-chuva com arma**: Rodrigo Alexandre da Silva Serrano segurava um guarda-chuva fechado que, segundo moradores, os policiais confundiram com uma arma. 2018a. Elaborada por: Estadão Conteúdo. Disponível em: <https://exame.com/brasil/garcom-e-morto-por-policiais-que-teriam-confundido-guarda-chuva-com-arma/>. Acesso em: 29 maio 2022.

_____. **“Vamos fuzilar a petralhada”, diz Bolsonaro em campanha no Acre**: “vamos fuzilar a petralhada”, diz Bolsonaro em campanha no Acre: Enquanto discursava em um carro de som, o candidato do PSL imitou um fuzilamento e disse querer “botar estes picaretas pra comer capim na Venezuela”. 2018b. Elaborada por Janaína Ribeiro. Disponível em: <https://exame.com/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/>. Acesso em: 29 maio 2022.

GRIFFIS, Emily. Predator vs. Prey: the Human monstrosity in attack on titan. *Digital Literature Review*, Muncie, p. 1-13, 2017.

GUIMARÃES, Nadaja. **O trágico e o cômico nos mangás shounen e seinen**. 2018. 82 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

HABERMAS, Juergen. A nova intransparência: a crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. **Novos Estudos**, Brasília, n. 18, p. 103-114, set. 1987.

HAJIME, Isayama. **Ataque dos Titãs**. Tamboré: Panini, 2021a. 01 v.

_____. **Ataque dos Titãs**. Tamboré: Panini, 2021b. 22v.

_____. **Ataque dos Titãs**. Tamboré: Panini, 2021c. 34 v.

HARVEY, David. **Produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. Da Biopolítica à Necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 7, n. 12, p. 194-210, jun. 2016.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. O iluminismo como mistificação das massas. In: ADORNO, Theodor. **Indústria cultural e sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. Cap. 1. p. 5-44.

INFOPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: Mulheres e Grupos Específicos**. 2019a. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiYWY5NjFmZjctOTJmNi00MmY3LThIMTEtNWYwOTlmODFjYWQ5IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 30 maio 2022.

_____. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: Informações gerais**. 2019b. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiYWY5NjFmZjctOTJmNi00MmY3LThIMTEtNWYwOTlmODFjYWQ5IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 30 maio 2022.

IGN BRASIL. Páginas extras de Shingeki no Kyojin são reveladas: páginas extras de shingeki no kyojin são reveladas. Elaborada por Larissa Futaki. 2021. Disponível em: <https://br.ign.com/attack-on-titan-2/89517/news/paginas-extras-de-shingeki-no-kyojin-sao-reveladas>. Acesso em: 29 maio 2022.

KUNZE, Nádia Cuiabano. Resenha: GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOURENÇO, Nelson. Globalização e glocalização. O difícil diálogo entre o global e o local. **Mulemba**, [S.L.], n. 48, p. 17-31, 1 nov. 2014. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/mulemba.203>.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Artes & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, dez. 2016.

MENEZES, Débora Paz; HOFF, Rafael. Narrativas em quadrinhos: tensionamentos entre

ficção e realidade no processo educomunicativo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXXVIII, 2015, Rio de Janeiro. **Intercom**. Rio de Janeiro: N.I., 2015. p. 1-10.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Sumarezinho: Boitempo, 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume, 2011.

OLIVEIRA, Dennis de., 2015. Ação direta do capital: o poder do capitalismo contemporâneo. **Psicologia Política**, 15(33), 405-421.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Lazer e espaço na cidade pós-industrial. **Licere**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 149-164, 2002.

PREUSSLER, Gustavo. Resenha: ALEXANDER, Michelle. A nova segregação: racismo e encarceramento em massa. São Paulo: Boitempo, 2018, 376p. *Argumenta Journal Law*, Jacarezinho - PR, Brasil, n. 29, 2018, p. 411-414.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; MARCHT, Laura Mallmann; MELLO, Letícia de. Necropolítica: racismo e políticas de morte no brasil contemporâneo. **Revista de Direito À Cidade**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 1053-1083, maio 2020.

XAVIER, Glaucia do Carmo. Estrutura, desenvolvimento e níveis na diegese: um estudo narratológico da obra Antônio, de Beatriz Bracher. **SOLETRAS**, [S.l.], n. 28, p. 202-213, dez. 2014. ISSN 2316-8838. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/13115>>. Acesso em: 30 maio 2022. doi:<https://doi.org/10.12957/soletras.2014.13115>.